

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE INVESTIGADOR(A) DOUTORADO(A) PARA A IST-ID

Aviso nº CiTUA2_FCT TENURE /IST-ID

1. Enquadramento

Por deliberação da Direção da IST, ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (doravante IST-ID) de 18 de outubro de 2024, foi decidido abrir procedimento concursal de seleção internacional para um lugar de investigador(a) doutorado(a), em regime de dedicação exclusiva para o exercício de atividades investigação científica na área científica de Artes, sub-área científica Arquitetura e Urbanismo – Habitação e Políticas Públicas – em regime de contrato de trabalho sem termo, ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro na sua atual redação, e no âmbito do mecanismo de financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para apoiar a contratação de doutorados para a carreira de investigação científica decorrente do programa de financiamento previsto na Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado).

As atividades de investigação científica a desenvolver no CiTUA, em Habitação e Políticas Públicas, irão contribuir para apoiar a estratégia e objetivos do CiTUA e da IST-ID e deverão incidir num conjunto de tarefas, que incluem, i) mapear e acompanhar os objetivos, métricas e princípios das principais agendas nacionais e internacionais, identificando os caminhos traçados no campo das Políticas Públicas e a interligação entre a Habitação e outros desafios atuais e futuros, como a coesão social e territorial ou a transição energética; ii) criar e fortalecer redes nacionais e internacionais, nomeadamente com outros centros e unidades de investigação de relevo, mas também com instituições públicas e organizações da sociedade civil, contribuindo para um diálogo mais estreito entre a teoria e a prática, entre os diagnósticos e a operacionalização dos programas e instrumentos de resposta; iii) elaborar um sistema de compilação de dados que permita uma atualização permanente, em rede com as estruturas no terreno e as instituições envolvidas nas informações consideradas relevantes, e simultaneamente uma produção de conhecimento contextualizado e personalizado sobre o problema; iv) diversificar e expandir a produção e divulgação científica sobre Habitação e Políticas Públicas, a nível nacional e internacional, bem como colocar o conhecimento produzido a partir de diferentes realidades e contextos ao serviço da prática e da sociedade, traduzindo-o para uma linguagem mais acessível a todos os interessados.

Posição aberta ao abrigo do programa FCT TENURE - 1ª edição, no âmbito dos objetivos estratégicos do CiTUA, e cujo investigador passará a ser membro integrado desta Unidade de Investigação e da linha de financiamento de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados (Programa de financiamento adicional OE 2024 para estímulo à contratação de investigadores).

2. Legislação aplicável

- Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual.
- Quando aplicável, regulamentação específica aplicável à IST-ID designadamente o Regulamento da Carreira de Investigação da Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (adiante designado por RCISTID), disponível em <https://ist-id.pt/files/sites/43/regulamento-da-carreira-de-investigacao-da-ist-id-1.pdf> e os Princípios Gerais da Política de Recursos Humanos Investigadores da IST-ID, disponível em <https://ist-id.pt/files/sites/43/principios-gerais-da-politica-de-recursos-humanos-investigadores-da-ist-id.pdf>.

3. O local de trabalho

O local de trabalho situa-se no CITUA - Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura, IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento, Av. António José de Almeida, n.º 12, 1000-043 Lisboa, Portugal.

4. Remuneração

A remuneração mensal líquida está de acordo com o disposto no artigo 15.º do RCISTID, correspondendo a ao primeiro nível remuneratório de investigador principal da tabela remuneratória única.

5. Requisitos de admissão

5.1 Requisitos gerais

Ao procedimento concursal podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de Doutor(a) ou de reconhecimento do grau de Doutor(a), nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, em ramo de conhecimento ou especialidade que abranja a área científica Artes, sub-área científica de Arquitetura e Urbanismo, e sejam ainda detentores/as de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto na legislação portuguesa em matéria de registo/reconhecimento de graus estrangeiros, para o efeito terá de ser considerado o descrito no ponto n.º 6.2 (formalização das candidaturas) do presente Edital.

5.2 Requisitos específicos

Em termos específicos, os(as) candidatos(as) devem ter o grau de doutor em Arquitetura e Urbanismo, com um curriculum relevante em Habitação e Políticas Públicas e formação complementar em Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

Os(as) candidatos(as) deverão ter um doutoramento há pelo menos 5 anos e experiência no desenvolvimento de atividades científicas em áreas relevantes para o concurso, demonstrada através: (i) da participação em, pelo menos, 3 projetos de investigação interdisciplinares dirigidos à Habitação e Políticas Públicas, nacionais e/ou internacionais, nos últimos 5 anos; (ii) da autoria, co-autoria, edição ou co-edição de, pelo menos, 10 livros, capítulos e/ou artigos científicos com impacto na sub-área científica de Arquitetura e Urbanismo, nos últimos 5 anos; (iii) da orientação de alunos(as) de mestrado e doutoramento; e (iv) da participação em atividades de docência em áreas relacionadas com a sub-área científica de Arquitetura e Urbanismo.

6. Formalização das candidaturas

6.1 As candidaturas são formalizadas mediante preenchimento e submissão do requerimento, disponibilizado no endereço eletrónico da IST-ID ID <https://ist-id.pt/concursos/emprego-cientifico-sem-termo/> dirigido ao Presidente da Direção da IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (IST-ID), onde conste a identificação deste aviso, nome completo, filiação, número e data do bilhete de identidade, do Cartão de Cidadão, ou número de identificação civil, número de identificação fiscal, data e localidade de nascimento, estado civil, profissão, residência e endereço de contacto, incluindo endereço eletrónico e contacto telefónico. O reconhecimento do grau de Doutor deverá ser obtido até à data do ato de contratação.

No requerimento de candidatura deverá o(a) candidato(a) indicar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito deste procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, para o endereço eletrónico indicado na candidatura.

6.2 A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas no ponto 5 para admissão a este procedimento concursal, nomeadamente:

- a) Cópia do certificado ou diploma de doutoramento com indicação da respetiva data de conclusão;
- b) Tese de doutoramento ou documento(s) equivalente(s) que determinou(aram) a outorga deste grau académico;
- c) *Curriculum vitae* detalhado, e estruturado de acordo com os itens dos pontos 7 e 8, devendo ser assinalados, com junção de cópia, os trabalhos que o candidato considera mais relevantes para cada um dos itens dos pontos 7 e 8;
- d) Projeto científico sobre Habitação e Políticas Públicas, na área da Arquitetura e Urbanismo, contemplando o desenvolvimento e implementação de atividades científicas no CiTUA/IST-ID. Este projeto deverá abordar uma estratégia para a ampliação de redes, captação de financiamento nacional/internacional e reforço na produção e transmissão de conhecimento sobre Habitação e Políticas Públicas, segundo uma abordagem integrada e multi-dimensional. O texto da descrição do projeto deve ter menos de 5 páginas e utilizar o tipo de letra Times New Roman tamanho 11, espaçamento 1,5 entrelinhas;
- e) Outros documentos que o(a) candidato(a) justifique serem pertinentes para a análise da sua candidatura.

Caso o Doutoramento tenha sido conferido por uma instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto na legislação portuguesa em matéria de reconhecimento de graus estrangeiros, regulada pelo Decreto-Lei nº 66/2018, de 16 de agosto. No caso de o candidato(a) ser selecionado(a), a assinatura do contrato fica condicionada à apresentação do documento formal.

6.3 Prazo de candidatura

Os(As) candidatos(as) submetem os documentos referidos nos pontos 6.1 e 6.2, em formato de PDF, no endereço eletrónico ID <https://ist-id.pt/concursos/emprego-cientifico-sem-termo/> até ao último dia do prazo de abertura do procedimento concursal, o qual se fixa em 15 (quinze) dias úteis após publicação deste Aviso.

Pode o (a)candidato(a), com fundamento na impossibilidade ou dificuldade técnica do envio por correio electrónico de algum dos documentos referidos nos pontos 8.1 e e 8.2, entregá-los em suporte físico, respeitando a data atrás referida, por correio registado com aviso de recepção para o endereço postal Av. António José de Almeida, n.º 12, 1000-043 Lisboa, Portugal, ou por mão própria junto da Direção de Recursos Humanos do IST, sita na Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa até às 16:30 (hora de Lisboa) do dia 13 de novembro de 2024.

Não sendo aceite a justificação do(a) candidato(a) para a entrega de documentos apenas em suporte físico, é-lhe dado pelo Presidente do Júri um prazo e 5 (cinco) dias úteis para os apresentar também em suporte digital.

6.4 A candidatura/preenchimento do formulário de candidatura é apresentada em língua portuguesa e o curriculum vitae e os documentos são apresentados em língua inglesa.

6.5 Não são admitidos(as) ao procedimento concursal os(as) candidatos(as) que não cumpram o disposto no ponto 6 do presente aviso, que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso, sendo liminarmente excluídos(as) aqueles/as que não apresentem a candidatura utilizando o formulário, ou não entreguem todos os documentos referidos nas alíneas a) a d) do ponto 6.2, ou que os apresentem de forma ilegível, incorretamente preenchidos, ou inválidos. Assiste ao júri ainda a faculdade de exigir a qualquer candidato(a) em caso de dúvida e para efeitos da sua admissão a procedimento concursal, a apresentação de documentos comprovativos das respetivas declarações. A não apresentação dos

esclarecimentos, informações ou documentos que sejam solicitados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, significa a desistência da candidatura.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos(os) serão punidas nos termos da lei.

6.6 Processo de seleção.

Nos termos do artigo 6.º do RCISTID a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos(as) candidatos(as).

7. Avaliação dos candidatos (as)

7.1 A avaliação incide sobre a relevância, qualidade e atualidade do percurso científico e curricular:

- a) Da produção científica, tecnológica, académica e cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo(a) candidato(a);
- b) Das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo(a) candidato(a);
- c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo(a) candidato(a);
- d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro.

7.2 O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do(a) candidato(a), quando fundamentado em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parentalidade, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas.

7.3 O sistema de classificação final dos candidatos é expresso de 0 a 100. O valor é calculado atendendo, sempre, que para cada item só será considerada a atividade relevante para a área do concurso, de acordo com a ponderação referida no ponto 8 do presente aviso.

8. Critérios de avaliação

São critérios de avaliação os constantes do presente número, com a faculdade constante do ponto 8.5, e dando particular relevância ao curriculum vitae e às contribuições consideradas de maior relevância pelo candidato nos últimos 5 anos:

8.1. Qualidade da produção científica, tecnológica, cultural ou artística, considerada mais relevante pelo candidato, e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 50% considerando:

- i) Publicações científicas: parâmetro que tem em conta os livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas e em actas de conferências internacionais, bem como edições de números especiais de revistas científicas, de que o(a) candidato(a) foi autor(a) ou co-autor(a), editor(a) ou co-editor(a), considerando:
 - a sua natureza e o seu impacto e relevância para o desenvolvimento das tarefas previstas;
 - o nível científico/tecnológico, o grau de inovação e a multidisciplinaridade dos trabalhos;
 - a diversidade dos contextos e territórios abrangidos;
 - a colaboração internacional;
 - a importância das contribuições para o avanço do estado actual do conhecimento;

- a importância dos trabalhos que foram seleccionados pelo(a) candidato(a) como mais representativos, nomeadamente no que respeita à sua contribuição para o desenvolvimento e evolução da área científica para que é aberto o procedimento concursal.

ii) Participação em projetos científicos nacionais e internacionais: parâmetro que tem em conta a participação em projetos científicos nacionais e internacionais pelo(a) candidato(a), sujeitos a procedimento concursal numa base competitiva, considerando:

- o âmbito territorial dos projetos e o impacto dos seus resultados para a sociedade, nomeadamente no que respeita à promoção do acesso a uma habitação condigna;
- a importância das contribuições dos projetos, nomeadamente no campo da Habitação e das Políticas Públicas.

iii) Orientação de estudantes e bolsiros de investigação: parâmetro que tem em conta a orientação de alunos(as) de doutoramento, mestrado e de bolsiros(as) de investigação, considerando a relevância dos trabalhos realizados e a pertinência que possam ter no campo da Habitação e Políticas Públicas.

8.2. Atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, consideradas de maior impacto pelo(a) candidato(a), e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 20% considerando:

i) Ações de formação profissional: parâmetro que tem em conta a participação e coordenação de ações de formação especificamente dirigidas ao sector público e à promoção de abordagens de intervenção integradas e intersectoriais, importando assim a sua natureza, a intensidade tecnológica e os resultados alcançados;

ii) Recolha de dados por inquéritos ou outra, realizada com o propósito de servir projetos de I&D (estudos de mercado e recolha de dados com outros propósitos que não a investigação científica não são considerados como atividades de I&D);

iii) Colaboração em projetos e atividades que recorram a metodologias de amostragem, técnicas de estimativas/previsão e/ou análise e territorialização de dados a diferentes escalas e segundo diferentes abordagens.

8.3. Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato, e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 20% considerando:

i) Serviços à comunidade científica e à sociedade: parâmetro que tem em conta a participação e coordenação de iniciativas de divulgação científica e tecnológica, a sua natureza e os resultados alcançados, quando efectuadas junto:

- da comunidade científica, nomeadamente organização e participação em congressos, conferências, workshops e outros eventos a ela dirigidos, bem como a integração em redes e grupos de estudos nacionais e internacionais;

- da comunicação social, nomeadamente participação, apoio na criação e/ou validação científica de peças jornalísticas sobre a área em foco, bem como a autoria ou co-autoria de artigos em revistas não científicas dirigidas a públicos alargados;

- das empresas e do sector público, nomeadamente colaboração e contacto estabelecido com empresas, organizações e entidades da função pública, obtenção e partilha de informação e conhecimento, co-organização de eventos alargados;

- da sociedade civil, nomeadamente iniciativas cidadãs dirigidas à promoção e divulgação aberta de informação e conhecimento útil e de interesse para a sociedade, bem como integração em redes alargadas que integrem organizações da sociedade civil.

8.4. Contribuição em actividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino

superior, em Portugal ou no estrangeiro, e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 10% considerando:

- i) Experiência demonstrada no desenvolvimento e submissão de candidaturas para financiamento: parâmetro que considera a experiência do(a) candidato(a) na elaboração e submissão de candidaturas de projetos científicos para financiamento nacional e internacional, no campo da Habitação e Políticas Públicas;
- ii) Experiência no desenvolvimento de projetos de I&D, enquanto bolseiro(a) de investigação pós-doc ou investigador(a) contratado(a) no âmbito de programas de emprego científico, nacionais ou internacionais;
- iii) Experiência de ensino em áreas relacionadas com esta competição: parâmetro que tem em conta a experiência do(a) candidato(a) no ensino superior, nomeadamente na participação em aulas de cadeiras de doutoramento, mestrado e licenciatura.

8.5. Na ponderação dos critérios de avaliação elencados nos números 8.1 a 8.4, cada membro do júri pode considerar os seguintes parâmetros adicionais, nas seguintes condições:

8.5.1. Relevância e qualidade do projeto científico proposto para Habitação e Políticas Públicas em Arquitetura e Urbanismo para a Unidade de Investigação CiTUA/IST-ID, apoiado pela experiência científica do(a) candidato(a);

8.5.2. Experiência e trabalho desenvolvido em países de língua portuguesa ao nível da Habitação e Políticas Públicas, cobrindo diversas realidades territoriais e habitacionais (formais e informais), abordagens, escalas e níveis de análise;

8.5.3. Experiência demonstrada no mapeamento e tratamento de dados sobre Habitação e Políticas Públicas em curso à escala nacional, em particular as dirigidas à promoção do acesso a uma habitação condigna, tendo em conta os instrumentos disponíveis, as soluções habitacionais propostas, os recursos técnicos e financeiros disponíveis, bem como a forma como chegam a diferentes territórios (de alta e baixa densidade) e o impacto que têm na promoção da coesão social e territorial;

8.5.4. De o(a) candidato(a) possuir um H-index mínimo de 3 (três) obtido através da Scopus.

9. Composição do júri

Nos termos e em conformidade com o artigo 8.º do RCISTID foi designado o júri do procedimento concursal que tem a seguinte composição:

Composição do júri:

Teresa Frederica Tojal de Valsassina Heitor, Professora Catedrática (Presidente do Júri)

Maria do Rosário Partidário, Professora Catedrática (Membro)

Ana Tostões, Professora Catedrática (Membro)

Ana Morais de Sá, Professora Auxiliar (Membro)

Beatriz Condessa, Professora Auxiliar (Membro)

10. Competências, funcionamento e deliberações do júri

Compete ao júri do procedimento concursal assegurar a sua tramitação designadamente: apreciar as candidaturas; deliberar através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções; realizar reuniões, incluindo as destinadas à decisão final, com recurso aos meios telemáticos

Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação.

Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri deve proceder à elaboração de uma lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

10.1 O júri pode decidir selecionar até 3 candidatos(as) que serão chamados(as) a realizar uma sessão de apresentação dos resultados da sua investigação, na sequência da qual os membros do júri devem estimular um debate aberto sobre o seu conteúdo e caráter inovador. Esta sessão de apresentação não constitui método de seleção e não é classificada, visando meramente a obtenção de esclarecimentos ou explicitações de elementos constantes dos currícula dos(as) candidatos(as.)

10.2 O júri, sempre que entenda necessário, pode solicitar ao(à) candidato(a) a apresentação de documentos adicionais comprovativos das declarações do(a) candidato(a), que sejam relevantes para a análise e classificação da sua candidatura.

10.3 Aprovação em mérito absoluto:

10.3.1 O júri deliberará sobre a sua aprovação ou rejeição em mérito absoluto, por votação nominal justificada onde não são admitidas abstenções.

10.3.2 Considera-se aprovado(a) em mérito absoluto o(a) candidato(a) que obtenha voto favorável de mais de metade dos membros do júri votantes.

10.3.3 Serão aprovados(as) em mérito absoluto os(as) candidatos(as) que tenham um percurso científico e curricular relevante para a(s) área(s) científica(s) do procedimento concursal e tendo em conta a sua adequação aos critérios adicionais de ponderação identificados no ponto 8.5.

10.3.4 O voto desfavorável à aprovação em mérito absoluto pode ainda ser fundamentado com o incumprimento da seguinte circunstância de o Projeto Científico elaborado pelo (a) candidato a) se mostrar como claramente insuficiente e desenhado da(s) área(s) científica(s), enfermando de incorreções graves ou não for suportado pelo trabalho anterior do(a) candidato(a).

10.4. Cada membro do júri atribuiu uma classificação a cada um(a) dos(as) candidatos(as) em cada critério de avaliação, numa escala de 0 a 100 pontos, procedendo à ordenação dos(as) candidatos(as) em função da respetiva classificação final constituída pelo somatório das classificações parciais atribuídas em cada critério de avaliação, e tendo em consideração a ponderação atribuída a cada parâmetro.

10.5 Os(As) candidatos(as) são ordenados(as) através da aplicação do método de votação sucessiva.

10.6 O júri delibera por maioria absoluta, não sendo permitidas abstenções.

10.7 A classificação final de cada candidato(a) é a que corresponde à sua ordenação resultante da aplicação do método referido no ponto 10.4

10.8 Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

10.9 A deliberação final do júri é homologada pelo Presidente da Direção da IST-ID, a quem compete também a decisão a celebração do respetivo contrato.

11. Publicitação

A lista de candidatos(as) admitidos(as) e excluídos(as) bem como a lista final ordenada dos candidatos (as) são publicitadas na página eletrónica da IST-ID <https://ist-id.pt/>, sendo os(as) candidatos(as) notificados(as) por mensagem de correio eletrónico, com recibo de entrega da notificação.

12. Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final

Após notificados, os(as) candidatos(as) têm 10 (dez) dias úteis para se pronunciar. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

13. Lista de Ordenação Final e ocupação dos postos de trabalho

O presente procedimento concursal destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da(s) vaga(s) indicada(s), podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos/as candidatos(as) e caducando com a respetiva ocupação do(s) posto(s) de trabalho em oferta.

14 Política de não discriminação e de igualdade de acesso

14.1 A IST-ID promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum(a) candidato(a) pode ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento(a) de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

14.2 Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o(a) candidato(a) com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os(As) candidatos(as) devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

15. Política de privacidade

A IST-ID é a Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais nos termos do Regulamento 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste procedimento concursal destinam-se à instrução do mesmo, e serão tratados pela IST_ID com a finalidade de verificação do preenchimento, por parte dos candidatos, dos pressupostos fixados na legislação aplicável com vista à sua contratação.

A oposição ao tratamento dos dados por parte dos candidatos inviabilizará a admissão da candidatura e, por conseguinte, a análise e avaliação da mesma.

O prazo de conservação dos dados corresponderá ao prazo de cinco anos legalmente definido.

O Titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, de verificar, corrigir, eliminar e de limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excecionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O Titular dos dados tem direito de acesso e portabilidade dos dados.

Para o exercício dos respetivos direitos, contactar IST-ID através do endereço de e-mail dpo@ist-id.pt.

O Titular dos dados tem sempre o direito de contactar e dirigir uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.